

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 9 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA DENOMINADA “MULTPAR SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA”, CELEBRADO ENTRE AS PARTES COMO SE SEGUE:**

**JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JUNIOR**, brasileiro, natural de Teresina-PI, nascido em 16/06/1969, casado sob regime de separação de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 668.676 SSP-PI, CPF nº 240.578.943-49, residente e domiciliado na Rua Desembargador Manoel Castelo Branco, nº 1605, Edifício Pégasus, Apt. 1200, bairro Jóquei, Cep: 64.049-270 na cidade de Teresina-PI;

**ANDREZA OLIVEIRA PEREIRA**, brasileira, natural de São Paulo – SP, nascida em 20/08/1994, Engenheira Civil, solteira, portadora da carteira de identidade nº 3.837.152 SSP/PI e CPF sob nº 062.752.413-30, residente e domiciliada na Rua Professor Odilo Ramos, nº 1492, Bairro Morada do Sol, CEP: 64056-480, Teresina-PI;

**WANDER GUSTAVO MAIA**, brasileiro, natural de Belo Horizonte – MG, nascido em 10/03/1954, Engenheiro Civil, solteiro, portador da carteira de identidade nº M51668 SSP/MG e CPF sob nº 216.351.886-87, residente e domiciliado na Rua José Alves da Silva, nº 2243, Bairro Horto, CEP: 64052-775, Teresina-PI;

Únicos sócios componentes da sociedade empresarial que gira sob a denominação social de **MULTPAR SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, com sede e foro na cidade de Teresina-PI, estabelecida na Rua Tomaz de Area Leão, nº 1543, Bairro Ininga, CEP: 64.049-630, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Piauí – JUCEPI sob o **NIRE nº 22200423019** em 26.05.2015, e no **CNPJ sob nº 22.561.863/0001-70**, resolvem assim **ALTERAR** e **CONSOLIDAR** de acordo com **NOVO CÓDIGO CIVIL**, implementado através da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, o presente Contrato Social mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA I** – O sócio **WANDER GUSTAVO MAIA** retira-se do quadro societário cedendo e transferindo 1% de suas cotas, que correspondem a R\$ 10.000,00(dez mil reais) para a sócia **ANDREZA OLIVEIRA PEREIRA**.

**CLÁUSULA II** - O sócio cedente e a cessionária, outorgam-se mutuamente a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação quanto às transferências de quotas em comento

**CLÁUSULA III** – Diante das alterações, o capital social já totalmente integralizado em moeda corrente do país, que é de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), estando dividido em 1.000.000 (Um milhão) quotas de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, ficará distribuído nas seguintes proporções:

NOME	%	QUOTAS	VALOR
<b>JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JUNIOR</b>	80	800.000	800.000,00
<b>ANDREZA OLIVEIRA PEREIRA</b>	20	200.000	200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000,00</b>

**À VISTA DA MODIFICAÇÃO ORA AJUSTADA, CONSOLIDA-SE O CONTRATO SOCIAL COM A SEGUINTE REDAÇÃO****DENOMINAÇÃO E SEDE**

**CLÁUSULA I** – A sociedade gira sob a denominação social de **“MULTPAR SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA”**, utiliza como nome fantasia a expressão **“MULTPAR SERVIÇOS”**.

**CLÁUSULA II** – A sede da sociedade fica estabelecida na Rua Tomaz de Area Leão, nº 1543, Bairro Ininga, CEP: 64.049-630, Teresina-PI;

**CLÁUSULA III** – A sociedade não tem, atualmente, filiais, sucursais, escritórios e/ou agências, podendo criá-las posteriormente, atendidos os preceitos legais. A sociedade poderá a qualquer tempo fechar filial ou outra dependência, mediante a alteração contratual assinada por todos os sócios.

**OBJETIVO SOCIAL**

**CLÁUSULA IV** – A sociedade tem como objetivo social as seguintes atividades:

- a) **CNAE nº 4120-4/00** - Construção de Edifícios;
- b) **CNAE nº 6319-4/00** - Portais, Provedores de Conteúdo e Outros Serviços de Informação na Internet;
- c) **CNAE nº 7490-1/04** - Atividades de Intermediação e Agenciamento de Serviços e Negócios em Geral, Exceto Imobiliários;
- d) **CNAE nº 8121-4/00** - Limpeza em Prédios e em Domicílios;
- e) **CNAE nº 8220-2/00** - Atividades de Teleatendimento;
- f) **CNAE nº 8291-1/00** - Atividades de Cobranças e Informações Cadastrais;
- g) **CNAE nº 8299-7/99** - Outras Atividades de Serviços Prestados Principalmente às Empresas não Especificadas Anteriormente (Compreende neste item os serviços de estenografia, os serviços de taquigrafia, os serviços de impressão e de colocação de código de barras para endereços postais, as atividades dos despachantes, os serviços de caráter privado de prevenção de incêndios, e a administração de cartões de desconto);
- h) **CNAE nº 8599-6/04** - Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial;
- i) **CNAE nº 9700-5/00** - Serviços Domésticos;
  
- j) **CNAE nº 4330-4/04** - Serviços de Pintura de Edifícios em Geral;
- k) **CNAE nº 4330-4/99** - Outras Obras de Acabamento da Construção (Compreende neste item os serviços de chapisco, emboço e reboco, instalação de toldos e persianas, instalação de piscinas pré fabricadas, colocação de vidros, cristais e espelhos);

- l) **CNAE nº 4399-1/03** - Obras de Alvenaria;
- m) **CNAE nº 4399-1/01** - Administração de Obras;
- n) **CNAE nº 4330-4/02** - Instalação de Portas, Janelas, Tetos, Divisórias e Armários Embutidos de Qualquer Material;
- o) **CNAE nº 6822-6/00** - Gestão e administração da propriedade imobiliária;
- p) **CNAE nº 7810-8/00** - Seleção e agenciamento de Mão de obra;
- q) **CNAE nº 3329-5/99** - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente (Compreende a instalação de filtros e bebedouros);
- r) **CNAE nº 3313-9/99** - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente (Compreende neste item a manutenção e reparação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica);
- s) **CNAE nº 7319-0/02** - Promoção de vendas;

### **INÍCIO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

**CLÁUSULA V** – A presente sociedade fica contratada por prazo indeterminado e teve seu início na data do arquivamento do contrato social em 14/05/2015, respeitando o que dispõe o art. 998 da Lei nº 10.406/2002;

### **CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA VI** – O capital da social é de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de Reais), dividido em 1.000.000 (Um Milhão) de cotas de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente do país, nas seguintes proporções:

<b>NOME</b>	<b>%</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>VALOR</b>
<b>JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JUNIOR</b>	80	800.000	800.000,00
<b>ANDREZA OLIVEIRA PEREIRA</b>	20	200.000	200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000,00</b>

**CLÁUSULA VII** – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLÁUSULA VIII** – A responsabilidade dos cotistas restringe-se ao valor de suas respectivas cotas, sendo que todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, na forma do art. 1052 da Lei 10.406/2002.

## **ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO**

**CLÁUSULA IX** - A Administração da sociedade cabe a sócia **ANDREZA OLIVEIRA PEREIRA**, com os poderes e atribuições para representá-la, em juízo ou fora dele, emitir e endossar duplicatas, notas promissórias, letras de câmbios, tomar empréstimos, abrir e movimentar contas bancárias, dar garantia e/ou hipoteca, emitir títulos de qualquer natureza, papéis e documentos que envolvam responsabilidade da Sociedade, inclusive em nome desta e constituir procuradores, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

## **DESIMPEDIMENTO DO ADMINISTRADOR**

**CLÁUSULA X** – A Administradora declara, sob as penas de lei, que não estar impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º da Lei nº 10.406 de 10/01/2002).

## **HONORÁRIOS DOS SÓCIOS**

**CLÁUSULA XI** – Os sócios que participarem com seu trabalho pessoal na operação dos negócios sociais farão jus a retiradas mensais, pro labore, para débito de despesas gerais da empresa ou contas assemelhadas, sendo o valor de tais retiradas fixado pelos cotistas, por deliberação conjunta, tudo em estreita conformidade com as disposições legais pertinentes.

## **LUCROS SOCIAIS**

**CLÁUSULA XII** – O exercício social coincide com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando então os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, lucros ou perdas apuradas, que não serão necessariamente proporcional ao percentual de suas quotas, mas por deliberação conjunta em assembleias;

**PARÁGRAFO 1º** – Na ocorrência de prejuízo em determinado exercício social, poderão os cotistas optar por mantê-lo suspenso para compensação em exercícios subsequentes, atendidos os preceitos legais.

**PARÁGRAFO 2º** – Fica PERMITIDO a sociedade a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei Nº 10.406/2002;

## **ALIENAÇÃO DE COTAS DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA XIII** – As cotas do capital social somente poderão ser alienadas com anuência previamente dada por escrito pelos sócios que não sejam o alienante, sendo nulas quaisquer operações de alienação celebradas em desatendimento a esta norma.

## **DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**CLÁUSULA XIV** – O falecimento ou interdição de qualquer sócio não implicará necessariamente em dissolução da sociedade, que poderá prosseguir em seus negócios com os herdeiros e sucessores do falecido, com os cotistas remanescentes pagando os haveres do falecido a seus herdeiros, à vista ou em parcelas, ou com o curador do interdito no caso específico, conforme acordarem os interessados.

**CLÁUSULA XV** – Ao sócio que não desejar continuar na sociedade é facultado pleitear o pagamento de seu Capital, e dos Lucros, de acordo com o que segue:

- a) O valor da participação societária será calculado com base no valor patrimonial da cota, apurado no balancete de verificação do mês anterior ao da retirada do sócio da sociedade;
- b) É assegurado aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das cotas do sócio que as deseja alienar;
- c) O valor total das cotas adquiridas será pago em quinze (15) parcelas, todas do mesmo valor, sem acréscimos de juros e/ou correção monetária, mensais e sucessivas.

**CLÁUSULA XVI** – Nos casos em que seja necessário apurar os haveres do sócio na sociedade, seja em virtude de falecimento ou retirada de algum deles, tais haveres serão definidos segundo balanço geral ou em a que se levantará nos sessenta dias seguintes ao óbito ou à indicação do desejo de retirar-se.

**CLÁUSULA XVII** - Qualquer dos sócios poderá ser excluído da sociedade nos casos previstos em lei; ou noutros quando der justa causa à exclusão, que será feito em conformidade com o previsto no art. 1.085 do Novo Código Civil: “ Ressalvado o disposto no art.1.030, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social”.

**Parágrafo Primeiro:** Dar-se-á a justa causa quando a conduta do cotista puser em risco a continuidade da sociedade por atos de inegável gravidade reconhecidos assim pela maioria do capital social.

**Parágrafo Segundo:** Havendo apenas dois sócios na sociedade, a exclusão, fundada em justa causa não depende de realização de reunião ou assembleia, podendo ser determinada em aditivo, ata

ou documento equivalente que registre a exclusão e os fatos que a justificam, documento que deverá ser aceito pelo Registro Mercantil para todos os fins de direito, mesmo que conte apenas com a assinatura do cotista que reúna a maioria do capital social.

**CLÁUSULA XVIII** – As questões decorrentes deste contrato serão resolvidas pelos sócios em reunião. Questões entre os sócios que não possam ser resolvidas amigavelmente ou mediante deliberação na reunião, serão submetidas ao órgão do judiciário competente da comarca de Teresina-PI.

**CLÁUSULA XIX** – O foro deste contrato é o da cidade de Teresina-PI, com renúncia expressa e irrevogável de todo e qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja.

Assim, justos e contratados, fazem lavrar o presente em via única, destinado ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Piauí, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Teresina-PI, 17 de novembro de 2022.

**JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JUNIOR**  
Sócio

**ANDREZA OLIVEIRA PEREIRA**  
Sócia Administradora

**WANDER GUSTAVO MAIA**  
Sócio Retirante



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MULTIPAR SERVICOS DE CONSTRUÇÃO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06275241330	
21635188687	
24057894349	